

Article 17

Langue

1 — La demande d'entraide judiciaire et tout document annexe seront rédigés dans la langue de la partie requérante et accompagnée d'une copie dans la langue de la partie requise ou en langue française.

2 — Toute traduction qui accompagne une demande d'entraide sera certifiée conforme par une personne habilitée ad hoc selon la législation de la partie requérante.

Article 18

Exemption de légalisation

En application de cette convention, les documents et traductions rédigés ou certifiés par les tribunaux ou autres autorités compétentes de l'une des parties ne feront l'objet d'aucune forme de légalisation quand ils sont pourvus du cachet officiel.

Article 19

Règlement des différends

1 — Tout conflit occasionné par l'interprétation ou l'application de la présente convention sera résolu par la voie diplomatique.

2 — Il est créé une commission mixte consultative, composée de représentants des ministères des affaires étrangères et de la justice, qui se réunira périodiquement à la demande de l'un ou l'autre État, afin de faciliter le règlement des problèmes qui surgiraient de l'application de cette convention.

Article 20

Entrée en vigueur et dénonciation

1 — La présente convention sera ratifiée conformément aux règles constitutionnelles en vigueur dans chacun des pays contractants.

2 — Elle entrera en vigueur définitivement le premier jour du deuxième mois suivant la date de l'échange des instruments de ratification.

3 — Elle est conclue pour une durée illimitée. Chacun des deux pays peut la dénoncer au moyen d'une notification écrite adressée par voie diplomatique à l'autre pays. La notification prendra effet un an après la date de son envoi.

Fait à Évora le 14 novembre 1998, en double exemplaire en langues arabe, portugaise et française. Les trois textes faisant également foi.

Pour la République du Portugal:



Pour le Royaume du Maroc:



Resolução da Assembleia da República n.º 18/2000

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos Relativa à Assistência às Pessoas Detidas e à Transferência das Pessoas Condenadas, assinada em Évora em 14 de Novembro de 1998.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea j) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos Relativa à Assistência às Pessoas Detidas e à Transferência das Pessoas Condenadas, assinada em Évora em 14 de Novembro de 1998, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, árabe e francesa seguem em anexo.

Aprovada em 25 de Novembro de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DE MARROCOS RELATIVA À ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS DETIDAS E À TRANSFERÊNCIA DAS PESSOAS CONDENADAS.

A República Portuguesa e o Reino de Marrocos:

Desejosos de promover às relações de amizade e a cooperação entre os dois Estados e, em particular, de reforçar a cooperação judiciária entre eles;

Desejosos de regular de comum acordo as questões relativas à transferência de pessoas condenadas; Desejosos de permitir aos condenados o cumprimento da sua pena privativa de liberdade no país de que são nacionais, a fim de facilitar a sua reinserção social;

Determinados, dentro deste espírito, a concederem-se, segundo as regras e nas condições estabelecidas na presente Convenção, a mais ampla cooperação no que respeita a assistência às pessoas detidas e a transferência das pessoas condenadas a penas privativas de liberdade;

acordam o seguinte:

TÍTULO I

Assistência dos cônsules às pessoas detidas

Artigo 1.º

a) Excepto se o interessado a isso se opuser expressamente, as autoridades competentes de cada Estado informarão directamente o cônsul competente da prisão, encarceramento ou de qualquer outra forma de detenção de que foi objecto um nacional do outro Estado, bem como dos factos que lhe são imputados e das disposições legais aplicáveis. Esta informação deverá ser fornecida logo que possível e, o mais tardar, antes de decorridos seis dias a contar do dia em que o referido nacional foi preso, encarcerado ou submetido a qualquer outra forma de detenção. O mesmo acontecerá a partir do momento em que uma condenação definitiva foi proferida.

b) Excepto se o interessado a isso se opuser expressamente, o cônsul tem o direito de visitar o nacional que esteja detido, preso ou submetido a qualquer outra forma de detenção, ou que cumpra uma pena privativa de liberdade, no Estado da residência, de falar, de se

corresponder com ele, bem como de providenciar à sua representação em juízo. O direito de visitar este nacional é concedido ao cônsul assim que possível e, o mais tardar, antes de decorridos oito dias a partir do dia em que o interessado tenha sido detido, preso ou submetido a qualquer outra forma de detenção. As visitas são concedidas periodicamente e com intervalos razoáveis.

Artigo 2.º

Em caso de detenção de um nacional de um dos dois Estados por um delito negligente cometido no outro Estado, as autoridades competentes esforçar-se-ão, no âmbito da sua legislação, por tomar as disposições necessárias, nomeadamente as medidas de coacção ou exigência de caução, permitindo a libertação do interessado. O cônsul competente será informado sobre as medidas de que tenha sido objecto o seu nacional.

TÍTULO II

Transferência de pessoas condenadas e detidas

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 3.º

Na acepção da presente Convenção:

- A expressão «Estado da condenação» designa o Estado onde a pessoa foi condenada e de onde é transferida;
- A expressão «Estado da execução» designa o Estado para o qual a pessoa condenada é transferida a fim de cumprir pena;
- O termo «condenado detido» designa qualquer pessoa que, tendo sido objecto no território de um ou do outro Estado de decisão judicial, é condenada a cumprir uma pena privativa de liberdade e se encontra detida;
- A expressão «decisão judicial» designa uma decisão de um tribunal proferindo uma condenação.

São igualmente consideradas como condenação as medidas de segurança privativa de liberdade proferidas por um juiz em consequência de uma infracção.

Artigo 4.º

As autoridades competentes do Estado da condenação informarão qualquer nacional do outro Estado definitivamente condenado sobre a possibilidade que lhe é oferecida, ao abrigo da presente Convenção, de obter a sua transferência para o seu país de origem para a execução da sua pena.

Artigo 5.º

A presente Convenção é aplicável nas seguintes condições:

- A infracção que motiva o pedido deve ser punida pela legislação de cada um dos dois Estados;
- A decisão judicial deve ser definitiva e executória;
- O condenado deve ser nacional do Estado para o qual irá ser transferido;

- O condenado ou o seu representante legal por razões decorrentes da sua idade ou do seu estado físico ou mental deverá consentir na transferência, voluntariamente e estando plenamente consciente das consequências jurídicas daí decorrentes, nomeadamente as previstas no artigo 14.º, n.º 2;
- No momento do pedido de transferência, o condenado deve ter pelo menos um ano de pena para cumprir; em casos excepcionais, os dois Estados poderão autorizar a transferência mesmo se o remanescente da pena for inferior a um ano;
- As Partes Contratantes deverão ter acordado entre si a transferência.

Artigo 6.º

A transferência do condenado será recusada:

- Se a transferência for considerada pelo Estado requerido como sendo de natureza a atentar contra a sua soberania, segurança, ordem pública ou os princípios fundamentais da sua ordem jurídica ou dos seus interesses essenciais;
- Se existirem razões sérias para crer que em caso de execução da sanção no Estado da execução a situação da pessoa condenada possa ser agravada por considerações de raça, de religião ou de opiniões políticas;
- Se tiver ocorrido a prescrição da sanção segundo a lei de um dos dois Estados.

Artigo 7.º

A transferência poderá ser recusada:

- Se a infracção consistir unicamente na violação de obrigações militares;
- Se a condenação que motiva o pedido se baseia em factos que foram julgados definitivamente no Estado da execução;
- Se as autoridades competentes do Estado da execução decidiram não iniciar acção penal ou pôr fim à acção penal que exerceram pelos mesmos factos;
- Se os factos que motivaram a condenação forem objecto de acção penal no Estado da execução;
- Se o condenado não se exonerou, na medida considerada satisfatória pelo Estado da condenação, das quantias, multas, despesas judiciais, indemnizações e condenações pecuniárias de qualquer espécie da sua responsabilidade;
- Se o condenado tiver a nacionalidade do Estado da condenação.

Artigo 8.º

A execução de uma pena privativa de liberdade rege-se pela lei do Estado da execução, nas condições previstas nos artigos seguintes.

Artigo 9.º

Se a natureza e a duração desta sanção forem incompatíveis com a legislação do Estado da execução, esse Estado pode adaptar essa sanção à pena ou medida prevista na sua própria legislação para infracções da

mesma natureza. Esta pena ou medida corresponde, tanto quanto possível, quanto à sua natureza, à infligida pela condenação a executar. Não poderá agravar, pela sua natureza ou pela sua duração, a sanção proferida no Estado da condenação nem exceder o máximo previsto pela lei do Estado da execução.

Artigo 10.º

O Estado da condenação informará com brevidade o Estado da execução acerca de qualquer decisão ou de qualquer acto processual no seu território que ponha fim ao direito de execução da pena.

As autoridades competentes do Estado da execução devem pôr fim à execução da pena a partir do momento em que são informadas sobre qualquer decisão ou medida que tenha por efeito retirar à sanção o seu carácter executivo.

Artigo 11.º

O Estado da condenação permanece competente para decidir de qualquer recurso de revisão interposto da sentença, por exclusão do Estado da execução.

Artigo 12.º

O Estado da execução é o único competente para tomar, em relação ao condenado, as decisões de redução da pena, total ou parcial, e, de forma mais geral, para estabelecer as modalidades da execução da pena.

Artigo 13.º

1 — A tomada a cargo do condenado pelas autoridades do Estado da execução suspende a execução da sentença condenatória no Estado da condenação.

2 — O Estado da condenação não pode executar a condenação a partir do momento em que o Estado da execução a considere cumprida.

3 — Quando o condenado se subtrai à execução, uma vez transferido para o Estado da execução, o Estado da condenação recuperará o direito de executar o remanescente da pena.

Artigo 14.º

1 — Uma pessoa transferida em conformidade com as disposições da presente Convenção não poderá ser julgada ou condenada de novo no Estado da execução com base nos factos que deram origem à condenação no Estado da condenação.

2 — Todavia, uma pessoa transferida poderá ser detida, julgada e condenada no Estado da execução por qualquer outro facto que não aquele que deu origem à condenação no Estado da condenação, desde que sancionado penalmente pela legislação do Estado da execução.

Artigo 15.º

O Estado da execução fornecerá as informações ao Estado da condenação relativas à execução da condenação:

- a) Quando considere a execução da condenação terminada;
- b) Se o condenado se evadir antes que tenha terminado a execução da condenação;
- c) Se o Estado da condenação lhe solicitar um relatório especial.

Artigo 16.º

A presente Convenção será aplicável à execução das condenações proferidas quer antes quer após a sua entrada em vigor.

CAPÍTULO II

Processo

Artigo 17.º

O pedido de transferência pode ser apresentado:

- a) Seja pelo próprio condenado ou pelo seu representante legal, que apresentará, para este efeito, um requerimento a um dos dois Estados;
- b) Seja pelo Estado da condenação;
- c) Seja pelo Estado da execução.

Artigo 18.º

O pedido deverá ser formulado por escrito. Deverá indicar a identidade do condenado, o seu local de residência no Estado da condenação e no Estado da execução. Deverá ser acompanhado por declaração obtida por uma autoridade judicial constatando o consentimento do condenado.

Artigo 19.º

1 — São produzidos pelo Estado da execução quer para apoiar o seu pedido quer em resposta ao pedido formulado pelo Estado da condenação:

- a) Um documento indicando que o condenado é nacional desse Estado;
- b) O texto das disposições legais sancionando o facto que deu origem à condenação no Estado da condenação, bem como qualquer informação útil relativa às modalidades da execução da sanção no Estado da execução e relativas às consequências jurídicas da condenação no Estado da execução.

2 — São produzidos pelo Estado da condenação, quer para apoiar o seu pedido quer em resposta ao pedido formulado pelo Estado da execução:

- a) O original ou uma cópia autenticada da decisão condenatória. Certificará o carácter executório da decisão, e precisará, na medida do possível, as circunstâncias da infracção, o tempo e o lugar onde foi cometida, a sua qualificação legal e a duração da sanção a executar;
- b) Um documento indicando a identidade do condenado e o seu local de residência no Estado da condenação e no Estado da execução;
- c) A indicação da duração da condenação já cumprida, o cômputo da duração da detenção preventiva eventualmente cumprida e tendo em conta qualquer outro acto afectando a execução da condenação;
- d) Qualquer informação útil sobre as modalidades da execução da sanção no Estado da condenação.

3 — Se um dos dois Estados considerar que as informações fornecidas pelo outro Estado são insuficientes para lhe permitir aplicar a presente Convenção, poderá solicitar o complemento de informação necessário.

4 — O condenado deve ser informado sobre a evolução do seu processo, bem como sobre qualquer decisão tomada por um dos dois Estados relativamente ao seu pedido de transferência.

Artigo 20.º

Excepto em caso excepcional, os pedidos são dirigidos pelo Ministério da Justiça do Estado requerente ao Ministério da Justiça do Estado requerido. As respostas são transmitidas pela mesma via no mais breve prazo possível.

O Estado requerido deve informar o Estado requerente no mais breve prazo possível sobre a sua decisão de aceitar ou recusar a transferência pedida.

Artigo 21.º

Cada um dos dois Estados poderá reservar-se o direito de exigir que os pedidos e peças anexas lhe sejam dirigidos acompanhados de uma tradução na língua ou numa das línguas oficiais do Estado requerente.

Artigo 22.º

As peças e documentos transmitidos ao abrigo da presente Convenção são dispensados de qualquer formalidade de legalização.

Artigo 23.º

As despesas de transferência são da responsabilidade do Estado da execução, salvo se de outra forma for decidido pelos dois Estados.

O Estado que assume as despesas de transferência fornece a escolta.

O Estado da execução não pode em caso algum reclamar o reembolso das despesas em que incorreu para a execução da pena e a vigilância do condenado.

As despesas ocasionadas com a execução da pena e a vigilância do condenado no Estado da condenação são sempre da responsabilidade deste último.

TÍTULO IV

Resolução de conflitos

Artigo 24.º

Qualquer conflito decorrente da interpretação ou execução da presente Convenção será resolvido pela via diplomática.

É constituída uma comissão mista consultiva, composta por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, a qual se reunirá periodicamente a pedido de um ou de outro Estado, a fim de facilitar a resolução dos problemas que possam surgir ao abrigo da presente Convenção.

TÍTULO V

Disposições finais

Artigo 25.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra Parte do cumprimento dos procedimentos exigidos ao abrigo da sua Constituição para a entrada em vigor

da presente Convenção. Esta entrará em vigor no 1.º dia do 2.º mês a partir da data da última destas notificações.

2 — A presente Convenção é celebrada por tempo ilimitado.

3 — Cada uma das duas Partes poderá denunciar a presente Convenção em qualquer altura. A denúncia produzirá efeito um ano a partir da data da recepção da respectiva notificação pela outra Parte Contratante.

Em fé do que os representantes dos dois Estados, autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção e nela apuseram os respectivos selos.

Feito em Évora, a 14 de Novembro de 1998, em dois exemplares, nas línguas árabe, portuguesa e francesa, fazendo os três textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

Pelo Reino de Marrocos:

اتفاقية

تتعلق بمساعدة الاشخاص المعتقلين

ونقل الاشخاص المحكوم

عليهم الى وطنهم

بين

الجمهورية البرتغالية

و

المملكة المغربية

اتفاقية تتعلق بمساعدة الاشخاص المعتقلين

ونقل الاشخاص المحكوم عليهم الى وطنهم

بين

الجمهورية البرتغالية

والمملكة المغربية

ان الجمهورية البرتغالية والمملكة المغربية،

حرصا منهنما على تمتين وتطوير علاقات الصداقة والتعاون بين البلدين

وبصفة خاصة تعزيز التعاون القضائي بينهما،

ورغبة منهما في تسوية المشاكل المتعلقة بنقل المحكوم عليهم وذلك بانفاذ مشترك ،

ورغبة منهما في تمكين المحكوم عليهم من قضاء ما تبقى من العقوب السالبة للحرية داخل الوطن الذي ينتمون اليه وذلك لتسهيل عملي ادماجهم الاجتماعي ،

وفي هذا الاتجاه وهما مصممين على التعاون طبقا للقواعد والشروط المحددة في هذه الاتفاقية وتوسيع مجالاته الى ابعد حدود سواء بالنسب لمساعدة الاشخاص المعتقلين أو لنقل المحكوم عليهم بعقوبات سالبة للحرية

اتفقتا على المقترحات التالية :

القسم الاول مساعدة القناصل للمعتقلين المادة الاولى * * *

أ- تقوم السلطة المختصة بكل من الدولتين باشعار القنصل المختص مباشرة بالقاء القبض على احد رعايا الدولة الاخرى ، او اعتقاله ، او استهداف لاي نوع آخر من أنواع الاعتقال ، وكذا بالوقائع المنسوبة اليه والمقتضيات القانونية التي اسست عليها متابعتة ما لم يعترض المعني بالامر على ذلك صراحة ، ويتم هذا الاشعار في اقرب وقت ممكن وعلى أبعاد تقدير قبيل مضي ستة أيام اعتبارا من تاريخ القاء القبض او الاعتقال في جميع صورته ، ويتم هذا الاجراء كذلك بمجرد صدور حكم نهائي بالادانة .

ب- يحق للقنصل مالم يعترض المعني بالامر على ذلك صراحة زيارة من يوجد من رعايا الدولة التي يمثلها مقبوضا كان او معتقلا او مستهدفا لاي نوع آخر من أنواع الاعتقال ، او يقضي عقوبة سالبة للحرية في الدولة التي يقيم بها ، ويحق له التحدث اليه ومكاتبته والسهر على تعيين من يؤازره أمام القضاء على ان يمكن القنصل من رخصة الزيارة في اقرب وقت ، وعلى اكثر تقدير قبيل إنتهاء ثمانية أيام تبتدئ من يوم القبض او الاعتقال او الاستهداف لاي نوع من أنواع الاعتقال ويرخص له في هذه الزيارات دوريا خلال فترات معقولة .

ج- توجه السلطة المختصة بدون تأخير الى القنصل ، المراسلة والمعلومات المتعلقة بأحد رعايا الدولة الاخرى مقبوضا كان أو معتقلا أو مستهدفا لاي نوع آخر من أنواع الاعتقال او يقضي عقوبة سالبة للحرية بالدولة التي يقيم بها مالم يكن هناك منع من طرف السلطة القضائية .

المادة الثانية

تبذل السلطة المختصة جهدها في نطاق ما يسمح به تشريعها بان يبرر التمييز اللازمة وخاصة تدابير المراقبة القضائية او اشتراط تقديم كفالة مالية ليتأتى إطلاق سراح مواطن احدى الدولتين المعتقل لارتكابه جريمة غير عمدية في الدولة الاخرى ، ويشعر القنصل المختص بما اتخذ من تدابير .

القسم الثاني

نقل الاشخاص المعتقلين المحكوم عليهم

الباب الاول

مبادئ عامة

المادة الثالثة

يقصد في هذه الاتفاقية :

- أ- بعبارة "دولة الادانة" ، الدولة التي حكم فيها على الشخص الذي سينقل منها ؛
ب- بعبارة "دولة التنفيذ" ، الدولة التي سينقل اليها المحكوم عليه لقضاء عقوبته ؛
ج- بعبارة "المحكوم عليه المعتقل" ، كل شخص يوجد رهن الاعتقال في دولة الادانة في حقه بتراب إحدى الدولتين مقرر قضائي يدينه بعقوبة سالبة للحرية ؛
د- بعبارة "مقرر قضائي" كل قرار صادر عن جهة قضائية في دولة الادانة ؛
تعتبر بمثابة ادانة ، التدابير الوقائية السالبة للحرية والتي يقررها القاضي بسبب ارتكاب جريمة .

المادة الرابعة

يجب على السلطة المختصة لدولة الادانة ان تشعر كل محكوم عليه مسبقا من رعايا الدولة الاخرى بما تخوله هذه الاتفاقية من امكانية نقله الى بلده الاصلي لتنفيذ العقوبة .

المادة الخامسة

تطبق هذه الاتفاقية ضمن الشروط التالية :

- أ- ان تكون الجريمة التي يستند عليها الطلب معاقبا عليها في تشريع كل من الدولتين .
ب- ان يكون المقرر القضائي انتهايا وقابلا للتنفيذ .
ج- ان يكون المعتقل المحكوم عليه من رعايا الدولة التي سينقل اليها .
د- ان يكون هذا النقل بموافقة المعتقل او ممثله القانوني اذا تعذر ذلك بسبب سنه او حالته الصحية او العقلية بعد ان يكون على علم بالاثار القانونية التي تنجم عن ذلك ولاسيما تلك المنصوص عليها في الفقرة الثانية من المادة 14 .
هـ- يجب الا تقل مدة العقوبة المتبقية عند تقديم الطلب عن سنة ويمكن في حالات استثنائية للدولتين الترخيص بالنقل ولو كانت المدة المتبقية دون ذلك .
و- يجب ان يحظى هذا النقل بقبول كلا الطرفين المتعاقدين .

المادة السادسة

يرفض طلب نقل المحكوم عليه :

- أ- اذا اعتبرت الدولة المطلوبة ان هذا النقل من شأنه ان يمس سيادتها ، بأمنها ، بنظامها العام ، بالمبادئ الاساسية لنظامها القانوني او بمصالحها الاساسية .
ب- اذا كانت هناك اسباب معقولة تدعو للاعتقاد بان من شأن تنفيذ العقوبة داخل دولة التنفيذ ، تشديد وضعي المحكوم عليه لاعتبارات مرقية او لسياسية او لاراء سياسية .
ج- اذا تقادمت العقوبة بمقتضى قانون احدى الدولتين .

المادة السابعة

- يمكن رفض طلب النقل :
- أ - إذا كانت الجريمة تنحصر فقط في خرق التزامات عسكرية ،
- ب - إذا كانت الادانة التي يستند عليها الطلب مبنية على وقائع سير الحكم فيها انتهائيا من طرف دولة التنفيذ .
- ج - إذا قررت السلطة المختصة لدولة التنفيذ عدم اجراء اية متابعة ، قررت جعل حد لمتابعة سبق تحريكها من اجل نفس الوقائع .
- د - إذا كانت الوقائع التي استندت عليها الادانة موضوع متابعة من دولة التنفيذ ،
- هـ - اذا لم يسدد المحكوم عليه - في النطاق الذي تراه دولة الادانة مناسبة - ما بذمته من مبالغ مالية ، وغرامات ، ومصاريف قضائية وتعويضات ، وعقوبات مالية كيفما كان نوعها المحكوم به عليه .
- و - اذا كان المحكوم عليه يحمل جنسية دولة الادانة .

المادة الثامنة

- يخضع تنفيذ العقوبة السالبة للحرية لقانون دولة التنفيذ مع مراعاة الشروط المنصوص عليها في المواد التالية :

المادة التاسعة

- إذا كانت طبيعة ومدة هذه العقوبة تتعارض مع تشريع دولة التنفيذ ، فيبطل لهذه الاخيرة ملاءمتها مع العقوبة او التدبير المنصوص عليه في قانونها بالنسبة للجرائم المماثلة ، وهذه العقوبة او التدبير يتطابق قدر الامكان مع حيث الطبيعة او المدة مع ما هو مقرر في حكم دولة الادانة الواجب تنفيذه .
- ولا يمكن لهذه العقوبة او التدبير ان يؤدي من حيث طبيعته او مدته الى تشديد العقوبة الصادرة عن دولة الادانة ولا ان يتجاوز الحد الاقصى المنصوص عليه في قانون دولة التنفيذ .

المادة العاشرة

- تشعر دولة الادانة بدون تأخير دولة التنفيذ بكل حكم او اجراء مسطرر صادر فوق ترابها يضع حدا للتنفيذ .
- تضع السلطة المختصة بدولة التنفيذ حدا لتنفيذ العقوبة بمجرد اشعارها بكل حكم او اجراء يجرى العقوبة من صبغتها التنفيذية :

المادة الحادية عشرة

- يحق لدولة الادانة وحدها ان تبت في طلب المراجعة المقدم في مواجها حكم الادانة .

المادة الثانية عشرة

- تختص دولة التنفيذ وحدها باتخاذ قرارات تخفيض العقوبة لغاها المحكوم عليه وبصفة عامة بتحديد كيفية تنفيذها .

المادة الثالثة عشرة

- تسلم المحكوم عليه من طرف سلطات دولة التنفيذ يوقف تنفيذ الحكم في دولة الادانة .
- لا يمكن لدولة الادانة ان تواصل تنفيذ الحكم عندما تعتبر دولة التنفيذ ان العقوبة استنفدت .
- اذا تملص المحكوم عليه من تنفيذ العقوبة داخل دولة التنفيذ ، فان دون ادانة تسترد حق تنفيذ الحكم فيما تبقى من العقوبة .

المادة الرابعة عشرة

- 1 - لا يمكن الحكم من جديد داخل دولة التنفيذ على الشخص الذي نقله طبقا لمقتضيات هذه الاتفاقية من اجل نفس الافعال التي كانت موضوع الحكم داخل دولة الادانة .
- 2 - الا انه يمكن اعتقال أو متابعة الشخص الذي تم نقله وكذا الحكم عليه داخل دولة التنفيذ من اجل أفعال أخرى غير تلك التي كانت موضوع الحكم داخل دولة الادانة إذا كانت هذه الافعال معاقبة جنائيا بمقتضى تشريع دولة التنفيذ .

المادة الخامسة عشرة

- تقدم دولة التنفيذ لدولة الادانة المعلومات المتعلقة بتنفيذ الحكم
- أ - اذا اعتبرت ان العقوبة قد تم تنفيذها .
- ب - اذا هرب المحكوم عليه قبل انهاء مدة عقوبته .
- ج - اذا طلبت دولة الادانة من دولة التنفيذ تقريراً خاصاً .

المادة السادسة عشرة

- تطبق مقتضيات هذه الاتفاقية على تنفيذ الاحكام بالادانة الصادرة سواء قبل او بعد دخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ .

الباب الثاني

المسطرة

المادة السابعة عشرة

- يمكن تقديم طلب النقل من طرف :
- أ - المحكوم عليه نفسه او بواسطة ممثله القانوني بعريضة ترفع الى احدى الدولتين .
- ب - دولة الادانة .
- ج - دولة التنفيذ .

المادة الثامنة عشرة

- يقدم الطلب كتابة ، وتبين فيه هوية المحكوم عليه ومحل اقامته في دولة الادانة ودولة التنفيذ ويرفق بتصريح تتلقاه سلطة قضائية متضمنة موافقة المحكوم عليه .

المادة التاسعة عشرة

- 1 - تدلي دولة التنفيذ إما تعريزا لطلبها وإما استجابة لطلب دولة الادانة بالوثائق الآتية :
- أ - وثيقة تثبت ان المحكوم عليه من رعاياها
- ب - نص المقتضيات القانونية التي تجرم الفعل موضوع الحكم بدولة الادانة وكذا كل المعلومات المفيدة حول كيفية تنفيذ العقوبة بدولة التنفيذ ، وحول الآثار القانونية للادانة بدولة التنفيذ .
- 2 - تدلي دولة الادانة اما تعريزا لطلبها او استجابة لطلب دولة التنفيذ بالوثائق التالية :
- أ - اصل او نسخة مطابقة لاصل المقرر القاضي بادانة الجاني ، وتشهد بانها تتبع التنفيذ لهذا المقرر وتوضع في حدود الامكان ظروف الجريمة ، زمانها ، مكان ارتكابها ، تكييفها القانوني ومدة العقوبة المطلوب تنفيذها .
- ب - وثيقة تتضمن هوية المحكوم عليه ومحل سكناه بدولة الادانة ودولة التنفيذ .

ج - الاشارة الى مدة العقوبة التي قضاهها بمافي ذلك مدة الامتقال الاحتياطي عند الاقتضاء مع الأخذ بعين الاعتبار كل ما من شأنه ان يؤثر على تنفيذ العقوبة .

د - كل المعلومات المفيدة حول كيفية تنفيذ العقوبة داخل دولة الادانة .
3 - اذا ارتأت احدى الدولتين ان المعلومات المقدمة لها من الدولة الاخرى غير كافية لتطبيق هذه الاتفاقية ، فلها ان تطلب المعلومات التكميلية الضرورية .

4 - يجب اخبار الحكوم عليه بالمراحل التي يعرفها ملفه وكذا بجميع المقررات التي تتخذها احدى الدولتين بخصوص طلب نقله .

المادة العشرون

ماعدا في الحالات الاستثنائية توجه الطلبات من وزارة عدل الدولة طالبة الى وزارة عدل الدولة المطلوبة وترسل الاجوبة في أقصر الاجال بنفس الكيفية .

يجب على الدولة المطلوبة ان تشمر الدولة طالبة في اقرب الاجال بمقرر قبول او رفض طلب النقل .

المادة الواحدة والعشرون

يحق لكل من الدولتين ان تحتفظ بامكانية مطالبة الدولة الاخرى بتوجيه الطلبات والوثائق المرفقة بها مصحوبة بالترجمة للغة او احدى اللغات الرسمية للدولة طالبة .

المادة الثانية والعشرون

تعفى من اجراءات التصديق ، الوثائقي والمستندات التي يقع ارسالها تحقيقا لهذه الاتفاقية .

المادة الثالثة والعشرون

تتحمل دولة التنفيذ مصاريف النقل عدا اذا تقرر خلاف ذلك من طرف الدولتين . والدولة التي تتحمل مصاريف نقل المعتقل هي التي تعين الاشخاص المكلفين بحراسته .

لايتمن باي حال لدولة التنفيذ المطالبة باسترجاع المصاريف التي انفقتها لتنفيذ العقوبة وحراسة المحكوم عليه .
تبقى دائما المصاريف التي استلزمتها تنفيذ العقوبة وحراسة المحكوم عليه في دولة الادانة على كاهل هذه الاخيرة .

الباب الثالث

حل الخلافات

المادة الرابعة والعشرون

تحل عن الطريق الدبلوماسي كل الخلافات التي قد تنشأ بسبب تأويل أو تطبيق مقتضيات هذه الاتفاقية .

أسست لجنة استشارية مختلطة تتكون من ممثلين عن وزارتي الشؤون الخارجية والعدل التي تجتمع دوريا بطلب من احدى الدولتين وذلك لتسهيل حل المشاكل التي قد تنتج عن تطبيق هذه الاتفاقية .

الباب الرابع

مقتضيات ختامية

المادة الخامسة والعشرون

1 - يقوم كل من الطرفين المتعاقدين باشعار الطرف الآخر باتمام الاجراءات المسطرية المطلوبة في دستوره لأجل دخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ .

وتدخل هذه الاتفاقية حيز التنفيذ اعتبارا من اليوم الاول من الشهر الثاني الموالي لتاريخ آخر إشعار .

2 - أبرمت هذه الاتفاقية لمدة غير محدودة .

3 - يمكن في أي وقت لكل من الطرفين المتعاقدين إلغاء هذه الاتفاقية ويسري مفعول هذا الالغاء بعد مرور سنة من تاريخ التوصل بالاشعار من قبل الطرف المتعاقد الاخر .

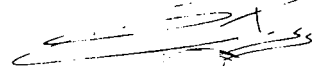
واثباتا لذلك وقع ممثلو الدولتين المؤذون لهما بذلك على هذه الاتفاقية ووضعها طابعهما عليها .

وحرر ب
أصليين
باللغات ، البرتغالية ، العربية والفرنسية ، وللنصوص الثلاثة نفس الحجية .

عن المملكة المغربية



عن الجمهورية البرتغالية



CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE DU PORTUGAL ET LE ROYAUME DU MAROC SUR L'ASSISTANCE AUX PERSONNES DÉTENUES ET LE TRANSFÈREMENT DES PERSONNES CONDAMNÉES.

La République du Portugal et le Royaume du Maroc:

Soucieux de promouvoir les rapports d'amitié et la coopération entre les deux États, et en particulier de renforcer la coopération judiciaire entre eux;

Désireux de régler d'un commun accord les questions relatives au transfèrement des personnes condamnées;

Désireux de permettre aux condamnés de purger leur peine privative de liberté dans le pays dont ils sont ressortissants, afin de faciliter leur réinsertion sociale;

Déterminés dans cet esprit à s'accorder mutuellement, selon les règles et sous les conditions déterminées par la présente convention, la coopération la plus-large en ce qui concerne tant l'assistance aux personnes détenues, que le transfèrement des personnes condamnées à des peines privatives de liberté;

sont convenus des dispositions suivantes:

TITRE I

Assistance des consuls aux personnes détenues

Article premier

a) Sauf si l'intéressé s'y oppose expressément, les autorités compétentes de chaque État informent directement le Consul compétent de l'arrestation, de l'incarcération ou de toute autre forme de détention dont fait l'objet un ressortissant de l'autre État ainsi que les faits qui lui sont imputés et des dispositions légales fondant les poursuites. Cette information doit être donnée aussitôt que possible et, au plus tard, avant l'expiration d'un délai de six jours à compter du jour où ledit ressortissant a été arrêté, incarcéré ou soumis à toute autre

forme de détention. Il en est de même dès qu'une condamnation définitive a été prononcée.

b) Sauf si l'intéressé s'y oppose expressément, le Consul a le droit de se rendre auprès d'un de ses ressortissants qui est arrêté, incarcéré ou soumis à toute autre forme de détention ou qui purge une peine privative de liberté dans l'État de résidence, de s'entretenir et correspondre avec lui ainsi que de pourvoir à sa représentation en justice. Le droit de se rendre auprès de ce ressortissant est accordé au Consul aussitôt que possible, et, au plus tard, avant l'expiration d'un délai de huit jours à compter du jour où l'intéressé a été arrêté, incarcéré ou soumis à toute autre forme de détention. Les visites sont accordées périodiquement et à des intervalles raisonnables.

c) Sauf avis contraire de l'autorité judiciaire, les autorités compétentes transmettent sans retard au Consul la correspondance et les communications qui lui sont adressées par le ressortissant de l'autre État, arrêté, incarcéré ou soumis à toute forme de détention ou qui purge une peine privative de liberté dans l'État de résidence.

Article 2

En cas d'arrestation d'un ressortissant de l'un des deux États pour une infraction involontaire commise dans l'autre État, les autorités compétentes s'efforceront, dans le cadre de leur législation, de prendre les dispositions nécessaires, notamment des mesures de contrôle judiciaire ou l'exigence d'une caution, permettant la mise en liberté de l'intéressé. Le Consul compétent sera informé des mesures dont son ressortissant aura fait l'objet.

TITRE II

Transfèrement des personnes condamnées et détenues

CHAPITRE I

Principes généraux

Article 3

Au sens de la présente convention:

- a) L'expression «État de condamnation» désigne l'État où la personne a été condamnée et d'où elle est transférée;
- b) L'expression «État d'exécution» désigne l'État vers lequel la personne condamnée est transférée afin de subir sa peine;
- c) Le terme «condamné détenu» désigne toute personne qui a ayant fait l'objet sur le territoire de l'un ou l'autre État d'une condamnation judiciaire est astreinte à subir une peine privative de liberté et se trouve en détention;
- d) L'expression «décision judiciaire» désigne une décision de justice prononçant une condamnation.

Sont considérées comme condamnation les mesures de sûreté privative de liberté prononcées par un juge en raison d'une infraction.

Article 4

Les autorités compétentes de l'État de condamnation informent tout ressortissant de l'autre État, condamné définitivement, de la possibilité qui lui est offerte, en

application de la présente convention, d'obtenir son transfèrement dans son pays d'origine pour l'exécution de sa peine.

Article 5

La présente convention s'applique dans les conditions suivantes:

- a) L'infraction qui motive la demande doit être réprimée par la législation de chacun des deux États;
- b) La décision judiciaire doit être définitive et exécutoire ;
- c) Le condamné doit être un ressortissant de l'État vers lequel il sera transféré;
- d) Le condamné ou son représentant légal, en raison de son âge ou de son état physique ou de son état mental, doit consentir au transfèrement, volontairement et en étant pleinement conscient des conséquences juridiques qui en découlent, notamment de celles prévues à l'article 14, paragraphe 2;
- e) Au moment de la demande de transfèrement, le condamné doit avoir encore au moins un an de peine à exécuter; dans des cas exceptionnels, les deux États peuvent autoriser le transfèrement même si le reliquat de peine est inférieur à un an;
- f) Les Parties contractantes doivent s'être mises d'accord sur ce transfèrement.

Article 6

Le transfèrement du condamné sera refusé:

- a) Si le transfèrement est considéré par l'État requis comme étant de nature à porter atteinte à sa souveraineté, à sa sécurité, à son ordre public, aux principes fondamentaux de son ordre juridique ou à ses intérêts essentiels;
- b) S'il existe des raisons sérieuses de croire qu'en cas d'exécution de la sanction dans l'État d'exécution, la situation de la personne condamnée risque d'être aggravée par des considérations de race, de religion ou d'opinions politiques;
- c) Si la prescription de la sanction est acquise d'après la loi de l'un des deux États.

Article 7

Le transfèrement pourra être refusé:

- a) Si l'infraction consiste uniquement dans la violation d'obligations militaires;
- b) Si la condamnation qui motive la demande est fondée sur des faits qui ont été jugés définitivement dans l'État d'exécution;
- c) Si les autorités compétentes de l'État d'exécution ont décidé de ne pas engager de poursuites ou de mettre fin aux poursuites qu'elles ont exercées pour les mêmes faits;
- d) Si les faits qui ont motivé la condamnation font l'objet de poursuites dans l'État d'exécution;
- e) Si le condamné ne s'est pas acquitté, dans la mesure jugée satisfaisante par l'État de condamnation, des sommes, amendes, frais de justice, dommages-intérêts et condamnations pécuniaires de toute nature mises à sa charge;
- f) Si le condamné a la nationalité de l'État de condamnation.

Article 8

L'exécution d'une peine privative de liberté est régie par la loi de l'État d'exécution aux conditions prévues par les articles suivants.

Article 9

Si la nature et la durée de cette sanction sont incompatibles avec la législation de l'État d'exécution, cet État peut adapter cette sanction à la peine ou mesure prévue par sa propre loi pour des infractions de même nature. Cette peine ou mesure correspond, autant que possible, quant à sa nature, à celle infligée par la condamnation à exécuter. Elle ne peut aggraver par sa nature ou par sa durée la sanction prononcée dans l'État de condamnation ni excéder le maximum prévu par la loi de l'État d'exécution.

Article 10

L'État de condamnation informe sans délai l'État d'exécution de toute décision ou de tout acte de procédure intervenu sur son territoire qui met fin au droit d'exécution.

Les autorités compétentes de l'État d'exécution doivent mettre fin à l'exécution de la peine dès qu'elles ont été informées de toute décision ou mesure qui a pour effet d'enlever à la sanction son caractère exécutoire.

Article 11

L'État de condamnation reste, à l'exclusion de l'État d'exécution, compétent pour statuer sur tout recours en révision introduit contre la décision judiciaire.

Article 12

L'État d'exécution est seul compétent pour prendre à l'égard du condamné les décisions de réduction de peine totale ou partielle et, plus généralement, pour déterminer les modalités d'exécution de la peine.

Article 13

La prise en charge du condamné par les autorités de l'État d'exécution suspend l'exécution de la condamnation dans l'État de condamnation.

L'État de condamnation ne peut plus exécuter la condamnation lorsque l'État d'exécution considère l'exécution de la condamnation comme étant terminée.

Lorsque le condamné se soustrait à l'exécution, une fois transféré vers l'État d'exécution, l'État de condamnation récupérera le droit d'exécuter le reliquat de la peine.

Article 14

1 — Une personne transférée conformément aux dispositions de la présente convention ne pourra être jugée ou condamnée à nouveau dans l'État d'exécution sur la base des faits qui ont donné lieu à la condamnation dans l'État de condamnation.

2 — Toutefois, une personne transférée pourra être détenue, jugée et condamnée dans l'État d'exécution pour tout fait autre que celui ayant donné lieu à la condamnation dans l'État de condamnation, lorsqu'il est sanctionné pénalement par la législation de l'État d'exécution.

Article 15

L'État d'exécution fournira des informations à l'État de condamnation concernant l'exécution de la condamnation:

- a) Lorsqu'il considère terminée l'exécution de la condamnation;
- b) Si le condamné s'évade avant que l'exécution de la condamnation ne soit terminée;
- c) Si l'État de condamnation lui demande un rapport spécial.

Article 16

La présente convention sera applicable à l'exécution des condamnations prononcées soit avant, soit après son entrée en vigueur.

CHAPITRE II

Procédure

Article 17

La demande de transfèrement peut être présentée:

- a) Soit par le condamné lui-même ou son représentant légal qui présente, à cet effet, une requête à l'un des deux États;
- b) Soit par l'État de condamnation;
- c) Soit par l'État d'exécution.

Article 18

Toute demande est formulée par écrit. Elle indique l'identité du condamné et son lieu de résidence dans l'État de condamnation et dans l'État d'exécution. Elle est accompagnée d'une déclaration recueillie par une autorité judiciaire constatant le consentement du condamné.

Article 19

1 — Sont produits par l'État d'exécution soit à l'appui de sa demande, soit en réponse à la demande formulée par l'État de condamnation:

- a) Un document indiquant que le condamné est ressortissant de cet État;
- b) Le texte des dispositions légales sanctionnant le fait qui a donné lieu à la condamnation dans l'État de condamnation, ainsi que toute information utile sur les modalités de l'exécution de la sanction dans l'État d'exécution, et sur les conséquences juridiques de la condamnation dans l'État d'exécution.

2 — Sont produits par l'État de condamnation, soit à l'appui de sa demande, soit en réponse à la demande formulée par l'État d'exécution:

- a) L'original ou une copie authentique de la décision condamnant le délinquant. Il certifie le caractère exécutoire de la décision et il précise, dans toute la mesure du possible, les circonstances de l'infraction, le temps et le lieu où elle a été commise, sa qualification légale et la durée de la sanction à exécuter;
- b) Un document indiquant l'identité du condamné et son lieu de résidence dans l'État de condamnation et dans l'État d'exécution;
- c) L'indication de la durée de la condamnation déjà subie, imputation faite de la durée de la

détention préventive éventuellement subie et en tenant compte de tout autre acte affectant l'exécution de la condamnation;

- d) Toute information utile sur les modalités de l'exécution de la sanction dans l'État de condamnation.

3 — Si l'un des deux États estime que les renseignements fournis par l'autre État sont insuffisants pour lui permettre d'appliquer la présente convention, il demande le complément d'information nécessaire.

4 — Le condamné doit être informé de l'évolution de son dossier, ainsi que de toute décision prise par l'un des deux États au sujet de sa demande de transfèrement.

Article 20

Sauf cas exceptionnel, les demandes sont adressées par le Ministère de la Justice de l'État requérant au Ministère de la Justice de l'État requis. Les réponses sont transmises par la même voie dans les meilleurs délais.

L'État requis doit informer l'État requérant dans les plus brefs délais de la décision d'accepter ou de refuser le transfèrement demandé.

Article 21

Chacun des deux États pourra se réserver la faculté d'exiger que les demandes et pièces annexes lui soient adressées accompagnées d'une traduction dans la langue ou l'une des langues officielles de l'État requérant.

Article 22

Les pièces et documents transmis en application de la présente convention sont dispensés de toute formalité de légalisation.

Article 23

Les frais de transfèrement sont à la charge de l'État d'exécution, sauf s'il en est décidé autrement par les deux États.

L'État qui assume les frais de transfèrement fournit l'escorte.

L'État d'exécution ne peut en aucun cas réclamer le remboursement des frais engagés par lui pour l'exécution de la peine et la surveillance du condamné.

Les frais occasionnés pour l'exécution de la peine et la surveillance du condamné sur l'État de condamnation restent toujours à la charge de ce dernier.

TITRE III

Règlement des différends

Article 24

Tout différend occasionné par l'interprétation ou l'application de la présente convention sera résolu par la voie diplomatique.

Il est créé une commission mixte consultative, composée de représentants des Ministères des Affaires Étrangères et de la Justice, qui se réunira périodiquement à la demande de l'un ou de l'autre État, afin de faciliter le règlement des problèmes qui surgiront de l'application de cette convention.

TITRE IV

Dispositions finales

Article 25

1 — Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre Partie l'accomplissement des procédures requises par sa Constitution pour l'entrée en vigueur de la présente convention. Celle-ci prendra effet le premier jour du deuxième mois suivant la date de la dernière de ces notifications.

2 — La présente convention est conclue pour une durée illimitée.

3 — Chacune des Parties contractantes pourra à tout moment la dénoncer et cette dénonciation pendra effet un an après la date de réception de sa notification par l'autre Partie contractante.

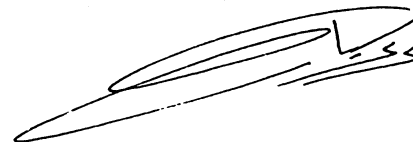
En foi de quoi, les représentants des deux États, autorisés à cet effet, ont signé la présente convention et y ont apposé leur sceau.

Fait à Évora, le 14 novembre 1998, en double exemplaire, en langue portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi.

Pour la République du Portugal:



Pour le Royaume du Maroc:



Resolução da Assembleia da República n.º 19/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade, aberta à assinatura em Estrasburgo em 26 de Novembro de 1997.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção Europeia sobre a Nacionalidade, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Estrasburgo em 26 de Novembro de 1997, cujas versões autênticas em língua francesa e inglesa e a tradução em língua portuguesa seguem em anexo.

Aprovada em 2 de Dezembro de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENTION EUROPÉENNE SUR LA NATIONALITÉ

Préambule

Les Etats membres du Conseil de l'Europe et les autres Etats signataires de cette Convention:

Considérant que le but du Conseil de l'Europe est de réaliser une union plus étroite entre ses membres;